



Sarney, acompanhado por Antônio Carlos, sai do Palácio após reunião para analisar a nova Constituição

Governo dirá à nação que Carta traz caos

BRASÍLIA — O Planalto advertirá a nação, até o fim da semana, que o país ficará ingovernável, caso a Constituinte não derrube uma série de dispositivos que aumentam a despesa da União em mais de Cz\$ 1 trilhão. A iminência da ingovernabilidade será admitida em documento oficial, "elaborado para salvar a responsabilidade do governo diante dos atos da Constituinte", afirmou o líder do PFI no Senado, Marcondes Gadelha.

O porta-voz do Palácio do Planalto, jornalista Carlos Henrique, disse que o presidente José Sarney poderá ocupar cadeira de rádio e televisão, para fazer pessoalmente a advertência.

Apocalipse — A idéia do documento nasceu ontem, durante a reunião do Conselho Político, no Palácio do Planalto. Após as previsões apocalípticas relatada pelo secretário-geral do Ministério da Fazenda, Paulo César Ximenes, e pelo ministro do Planejamento, João Batista Abreu, o ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, tomou a palavra e sugeriu que, além das emendas supressivas, o Executivo deveria cuidar de sua imagem perante a história.

Ximenes e Abreu prometeram para quinta-feira um levantamento completo das previsões de perda de receita. De posse desses dados, o Palácio do Planalto preparará um esboço do documento, que será analisado na reunião do Conselho Político convocada para sexta-feira.

Apelo — Quando a Constituinte retomar seus trabalhos para a votação em segundo turno, no dia 25, o documento já será de conhecimento da nação. O senador Marcondes Gadelha explicou que, com a advertência, o governo espera obter apoio da opinião pública para alterar o projeto da Constituição.

O consultor geral da República, Saulo Ramos, acusou a Constituinte de conceder benefícios sem a preocupação de saber como serão custeados. "Na hora de definir os recursos, a Constituinte usa uma linguagem napoleônica: curta e obscura", provocou.

As estimativas iniciais do governo indicam que só com a anistia fiscal, prevista no artigo 54 das Disposições Transitórias, o Tesouro Nacional sofrerá impacto de Cz\$ 776 bilhões. Desse total, o governo já iniciou a cobrança de Cz\$ 270 bilhões e os restantes Cz\$ 506 bilhões estão em formação de processo. A isenção da correção monetária sobre empréstimos feitos por micro e pequenos empresários e produtores rurais durante o Plano Cruzado custaria Cz\$ 310 bilhões. O rombo totalizaria aproximadamente Cz\$ 1 trilhão 86 bilhões.

Além dos ministros João Batista Abreu, José Reinaldo, do secretário-geral Paulo Ximenes, do senador Marcondes Gadelha e do consultor Saulo Ramos, participaram da reunião do Conselho Político os ministros Iris Rezende (Agricultura), Prisco Viana (Interior), Borges da Silveira (Saúde), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), Jader Barbalho (Reforma Agrária) e Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil), o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, e o assessor parlamentar do Planalto, Henrique Hargreaves.

Cabral pesa quando não há polêmica

O parecer favorável ou contrário do deputado Bernardo Cabral às emendas ao texto aprovado no primeiro turno serve apenas para que o plenário tome conhecimento da opinião do relator. Eventualmente, seu voto é acompanhado pelos constituintes que não têm interesse particular na questão nem a menor intimidade com o assunto. O parecer de Cabral é mera formalidade.

Entram em votação no plenário todas as emendas destacadas e, para isso, basta que o parlamentar, sem necessidade de outros apoios, peça destaque para a sua própria emenda.

Nesta fase, isso significa que as 1 mil 785 emendas (eram 1 mil 844, mas três foram retiradas e 56 consideradas prejudicadas por Ulysses Guimarães) poderão ser destacadas e ir a voto, independentemente do que pensa o relator. O que não for destacado é examinado depois pelo plenário. No primeiro turno, as emendas votadas em bloco foram sempre rejeitadas.

O senador José Fogaça, relator adjunto, acha que o voto do relator tem peso no plenário: "Se fizermos um levantamento, vamos ver que o parecer dele coincide com 90% do que foi votado em plenário". Segundo Fogaça, há uma massa de constituintes e de assuntos, principalmente os não polêmicos, nos quais a opinião de Cabral pesa bastante. Mas nos assuntos polêmicos, o relator perde quase sempre.

Câmara terá em anexo capela de Oscar Niemeyer

BRASÍLIA — O arquiteto Oscar Niemeyer vai acrescentar ao conjunto arquitetônico da Câmara o esboço de uma capela, que pode ir parar na cobertura do prédio que abriga os gabinetes dos deputados, o Anexo IV, conhecido em Brasília como "Serra Pelada", pelo forte tom alaranjado da sua pintura.

"É um pequeno oratório. Um local para prece e meditação. A entrada discreta, a imagem do santo preferido, que uma pequena abertura no teto ilumina. O acabamento externo e interno de caiação branca e com placas de granito. Como móveis, um banco almofadado e o genofléxo indispensável". É assim que o arquiteto descreve o que poderá ser sua mais nova obra em Brasília, num papel que acompanhou o desenho da capela.

Niemeyer esteve à tarde com o diretor geral da Câmara, Ademar Sabino, após uma rápida inspeção em alguns serviços de conservação do prédio do Congresso, e, além de entregar o esboço da capela, ainda sem custo previsto, aproveitou para iniciar as conversas sobre a retomada de um velho projeto do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães: a ampliação do plenário.

O plenário da Câmara, atualmente utilizado pela Constituinte, tem apenas 459 lugares, o que representa um déficit de 100 lugares para abrigar os 559 Constituintes, que em dias mais concorridos, lançam mão de algumas cadeiras extras ou se amontoam pelos estreitos corredores ou no cafezinho do fundo do plenário.

Na atual legislatura, os deputados são 487, e os senadores, 72. A partir das próximas eleições, com a criação de três novos estados pela Constituinte — Tocantins, Amapá e Roraima — e a ampliação das bancadas de vários estados, os deputados passarão a ser 553 e os senadores, 81.

Ulysses manda fazer medalhas até de ouro

BRASÍLIA — A data ainda é uma incógnita, mas já foram tomadas duas providências para a comemoração da promulgação da nova Constituição: está encomendado à Casa da Moeda um lote de medalhas de ouro, prata e bronze, a serem distribuídas entre constituintes, autoridades governamentais e pessoas que auxiliaram na elaboração do texto, e a Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos (ECT) prepara o lançamento de um selo para festejar a ocasião.

As medalhas, que serão comemorativas e não de agradecimento, já têm até layouts, preparados pelos artistas Luciano Dias e Carlos Machado. O de Luciano tem em um dos versos uma mão segurando uma caneta sobre uma página aberta e no outro uma bandeira com uma Constituição aberta; já Carlos usa a imagem de uma bandeira tremulando. Os trabalhos

estão com o diretor geral da Câmara, Ademar Sabino, assim como o orçamento de cada medalha. Tudo será mantido em sigilo até a aprovação do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

A idéia, segundo o autor da proposta da confecção e distribuição das medalhas, o secretário geral da mesa, Paulo Afonso Martins, é de que sejam cunhadas quatro medalhas de ouro para distribuição entre os presidentes da República, Câmara, Senado e Supremo Tribunal Federal. Sem número ainda definido, as de prata seriam destinadas aos constituintes — não há decisão quanto à entrega às viúvas de constituintes e aos suplentes que assumiram o mandato em determinados momentos. As de bronze seriam entregues a pessoas "gradadas", escolhidas pela direção da Constituinte.